

## CONFIGURAÇÕES CAPITALISTAS, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS INFLEXÕES PARA O TRABALHO

**Eixo:** Movimento operário e organização de classe: lições da história e perspectivas de emancipação

Régia Maria Prado Pinto<sup>1</sup>  
Ana Karina da Silva Alves<sup>2</sup>

### Resumo

Este estudo parte pressuposto que o trabalho é uma atividade permanente que impulsiona a dinâmica da vida em sociedade, incidindo de forma decisiva na relação do homem com a natureza e, por isso, portanto compreendido como uma categoria fundante do ser social. Assim, o presente artigo visa contribuir no debate sobre as mudanças no mundo do trabalho no contexto da sociedade capitalista, articulando-o com as inflexões do capital no contexto histórico que envolve organização do trabalho. Neste sentido, apresenta-se um debate a partir de duas teses de estudiosos que tem como centro das suas produções a categoria Trabalho na contemporaneidade, André Gorz e Ricardo Antunes. Com esse intuito, foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa, com recorrência as produções bibliográficas e documentais já produzidas com a temática do trabalho.

**Palavras - Chave:** Capitalismo; Trabalho; Crise estrutural do capital.

### Abstract

This study is based on the assumption that the work is an ongoing activity that drives the dynamics of society, focusing decisively in man's relationship with nature, and so therefore understood as a foundational category of social being. Thus, this paper aims to contribute to the debate on the changing world of work in the context of capitalist society, articulating it with the inflections of capital in the historical context in which work organization. In this sense, we present a discussion from two theses of scholars whose center of their production work in the contemporary category, André Gorz and Ricardo Antunes. With this purpose, the qualitative research, with recurrence bibliographic and documentary productions ever produced with the theme of the work was used.

**Keywords:** capitalism. work. structural crisis.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

<sup>2</sup> Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## **Introdução**

Ao longo do processo sócio-histórico, diversas transformações ocorreram no modo de produção capitalista, principalmente as advindas do modelo fordista com a reestruturação produtiva nos anos de 1970 e o projeto neoliberal nos anos de 1990, modificando radicalmente as formas de produção material e as relações sociais. Tais transformações impactaram significativamente o processo de produção e de recomposição da acumulação do capital pelas elites.

As constantes transformações do modo de produção capitalista trouxeram inquietações acerca da discussão da centralidade da categoria trabalho no tempo presente. Portanto, pautar a discussão da categoria trabalho é extremamente desafiador em tempos que a sua centralidade é questionada na sociedade capitalista contemporânea.

Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de apresentar um debate sobre Trabalho no contexto da sociedade capitalista a partir de duas teses de estudiosos que tem como centro das suas produções dessa categoria na contemporaneidade, André Gorz e Ricardo Antunes.

O percurso da discussão será dividido em quatro seções. No primeiro, pretendemos elencar as principais configurações capitalistas e as transformações no mundo do trabalho sob a lógica das relações sociais de dominação que a classe trabalhadora ocupa no sistema capitalista, articulando a discussão com o pensamento dos autores em tela. Em seguida, discutiremos as duas teses a partir de duas produções teóricas de André Gorz e Ricardo Antunes. Para finalizar, apontaremos elementos no sentido de expor a importância do debate sobre a categoria trabalho no cenário contemporâneo.

### **O desenvolvimento da sociedade capitalista: cenário de mudanças no mundo do trabalho**

De acordo com Singer (1979), o capitalismo surge ainda no bojo da sociedade feudal<sup>3</sup> e caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, a busca incessante pelo lucro, uso

---

<sup>3</sup> O sistema Feudal tinha por base a economia agrária voltada para a subsistência. Suas principais características eram: a sociedade hierarquizada dividida entre a nobreza (detentora de terras, do poder e arrecadavam impostos, entre ela estavam os senhores feudais), o clero (representavam a ordem religiosa, buscavam a manutenção do controle ideológico baseado na fé) e os servos (em sua maioria eram camponeses, presos a terra e sofriam intensa exploração, eram obrigados a prestar serviços e pagar tributos ao senhor feudal para garantir o uso da terra e proteção familiar)

de mão de obra assalariada livre e o fortalecimento da burguesia tornando-se a classe dominante. Dobb (1976:19) classifica como característica do capitalismo:

[...] a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe, consistindo de apenas uma parte pequena da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua mão de obra era a única fonte de sua subsistência.

Outra característica peculiar do modo de produção capitalista como afirma Sweezy (1986) é a transformação da força de trabalho em mercadoria, onde o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. Sua primeira etapa é classificada como capitalismo comercial que tinha o propósito de ampliar as bases para o seu desenvolvimento, dando início às grandes navegações e as expansões marítimas, aliadas a volta da cidade como centro econômico, social e político.

Nesta etapa, em meados do século XV, a cidade assume uma função diferenciada da que tinha na antiguidade, de acordo com Sposito (2001), além de ser o centro político, a cidade vai destacar-se por ter também um caráter produtivo, ou seja, era não mais o espaço apenas da gestão das mercadorias mais o lugar onde a mercadoria era produzida. Neste período inicial, o acúmulo de capitais se dava através da esfera do comércio e a doutrina vigente era a mercantilista<sup>4</sup>.

Posteriormente, o Capitalismo entraria na fase Industrial, que foi o estopim da consolidação do modo de produção capitalista, sendo o trabalho assalariado a característica fundante. Durante esta etapa as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais tornam-se mais presentes na sociedade e, é também nesta fase que a busca desenfreada pelo lucro se acentuará, principalmente por que a base do sistema não seria mais o comércio e sim a produção de mercadorias.

Nesse ínterim, devido à ascendência do trabalho assalariado, a busca incessante da ampliação e reprodução do capital juntamente com a necessidade do aumento da produtividade e do incentivo ao desenvolvimento técnico e científico, criou-se as condições necessárias para o advento da Revolução Industrial<sup>5</sup>, momento em que o capitalismo atinge a maturidade, gerando o aumento da produtividade.

---

<sup>4</sup> Esta doutrina defendia a forte intervenção do Estado na economia, objetivando o progresso nacional e o fortalecimento do poder do Estado.

<sup>5</sup> A fase crucial de ascensão do capitalismo é representada usualmente pela chamada 'revolução industrial', quando uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica - primeira, a energia hidráulica, depois o vapor

Esse aumento decorreu em consequência da utilização de equipamentos mecânicos, da energia a vapor e logo da eletricidade, característicos da era da industrialização, ocasionando mudanças de ordem social, econômica, política e cultural. De acordo com Silva (2002) “Se antes, nas sociedades ‘primitivas’, a produção era voltada para a satisfação humana, na aurora da modernidade o ato de produzir se volta para a produção da valorização do capital.” (p. 69).

Por conseguinte, a revolução industrial trouxe a necessidade de concentração da produção no espaço, levando a um impulso no processo de urbanização, que buscava reduzir e produzir com menores custos possíveis, concentrando a mão de obra em locais reduzidos, para isso criou condições necessárias como melhorias urbanistas (infraestrutura e serviços). Assim as cidades se desenvolveram de um modo vertiginoso. Para Sposito (2001:30):

As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca foi um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.

É oportuno esclarecer que, o crescimento demográfico da cidade torna-a um mercado cada vez mais importante de bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas, que pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos (SINGER, 1979, p.32).

Por esse prisma, a intensificação do processo produtivo proporcionou tanto uma difusão do modo de produção capitalista, a intensificação da urbanização, inovações tecnológicas, nos ramos das telecomunicações, transporte, medicina, aumento do lucro dos donos dos meios de produção e o crescimento do mercado consumidor. Como também ocasionou um intenso deslocamento da população rural para as cidades, criando enormes concentrações urbanas.

Cabe frisar, ademais, que esse aumento populacional aliado à substituição do homem pela máquina, gerou conseqüentemente um excesso de mão de obra e uma onda de desemprego em massa que acarretou o aumento da pobreza. Nesse sentido, os trabalhadores que conseguiam

---

– à produção, transformou o processo de produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tomando-o o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores (CATANI, 1991: 41- 42).

mpregos trabalhavam por salários baixíssimos e sob um alto grau de exploração, provocando também o agravamento de diversas expressões da questão social<sup>6</sup>.

Sob esse pano de fundo, em meados da segunda metade do século XVIII, o capitalismo insere-se em um novo estágio que perdura até o último terço do século XIX, que ficou conhecido por Capitalismo Concorrencial. É importante observar que, neste momento surge o mercado mundial, onde os países mais avançados invadem o mundo com suas mercadorias que são produzidas em larga escala e diante da amplitude tomada pelo domínio capitalista, há também a abertura do mercado para pequenos e médios capitalistas e, intensifica-se o processo de lutas de classes que tem suas raízes na contradição entre a burguesia e o proletariado.

As novas relações sociais imputadas pelo capitalismo interpelam a totalidade da vida social, não apenas na reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução de valores imprescindíveis à acumulação do capital, nas diversas dimensões e expressões da vida em sociedade, reproduzindo um determinado modo de vida e de pensar, no cotidiano, nos padrões de comportamentos, nos valores, nas práticas culturais e políticas.

Esse período foi marcado pelo aumento exponencial da classe operária introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos, estampando visivelmente a sua situação de pobreza e fome. Os trabalhadores moravam em moradias insalubres, as chamadas vilas operárias, construídas aos arredores das fábricas. Soma-se a isso, a exaustiva carga horária que os trabalhadores eram submetidos. Enquanto os capitalistas expandiam seu capital através do crescimento do mercado, o proletariado vivia no pauperismo e na alienação do trabalho.

Na segunda metade do século XVIII, a classe trabalhadora começa a imprimir as primeiras marcas da sua indignação. Inicialmente, as primeiras manifestações ocorreram contra as máquinas destruindo-as em grande número. Vale ressaltar que tais manifestações foram combatidas com muita violência e repressão pela burguesia aliado ao Estado e protegida por uma rigorosa legislação burguesa. O rigor da violência e morte de diversos operários levou-nos a refletir que seus reais opressores, os proprietários das fábricas, e começaram adotar novas estratégias de lutas.

---

<sup>6</sup> Entende-se por questão social como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006).

Assim, o avanço do capitalismo no mundo moderno acarretou a concentração da população nos grandes centros urbanos e o acirramento das desigualdades sociais, colocando a burguesia e Estado diante de uma latente “questão social”. A “questão social” eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador a ordem burguesa, e impondo em caráter de urgência a intervenção do Estado e da burguesia.

Assim, no final do século XIX e o início do século XX, a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram imprescindíveis para a transformação da intervenção do Estado em dá respostas a questão social, rompendo definitivamente com a postura liberal. Vive-se uma profunda transformação na intervenção do Estado que passou a incorporar reivindicações da classe trabalhadora através do investimento em políticas sociais e favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de Welfare State. Convém colocar que o reconhecimento de alguns direitos sociais não colocavam em xeque os fundamentos capitalistas e nem ao processo de acumulação da burguesia.

Relevante mencionar que o historicamente o Estado sempre atuou a serviço do capital, assegurando as condições externas à acumulação capitalista. Com efeito, os trabalhadores eram os mais penalizados, haja vista que estavam nas mãos dos capitalistas, sujeitos a uma intensa exploração e ausência de garantias trabalhistas. É, pois, a partir das condições precárias que se encontravam os trabalhadores que estes se organizaram, impulsionando o movimento proletariado.

Dois fatos dignos de destaque, devido ao impacto na dinâmica do capitalismo e característica econômica, são: o surgimento dos monopólios (concentração e centralização de capital nas mãos de grandes capitalistas) e a transformação da função dos bancos (passaram de intermediários de pagamentos para participantes ativos do processo de centralização do capital).

Tais acontecimentos foram molas propulsoras para que o capitalismo adentrasse em seu estágio imperialista que se divide em três fases: a fase clássica<sup>7</sup> de 1890 a 1940; os anos dourados<sup>8</sup>, correspondente ao fim da 2ª guerra ao início dos anos 70 que por sua vez, foi marcado

---

<sup>7</sup> A fase clássica é marcada por ser uma época de crescimento e crises sendo a principal delas a crise de 1929 que afetou todo o mundo, foi um período de recessão econômica causando altas taxas de desemprego, quedas na produção industrial e preços de ações, apontou para os governantes a necessidade de adoção de novas medidas econômicas como, por exemplo, uma maior intervenção do Estado.

<sup>8</sup> Os anos dourados foram marcados por ser um período de 30 anos de grande expansão econômica.

por uma nova forma de organização do trabalho industrial, o binômio taylorismo/fordismo<sup>9</sup> e o capitalismo contemporâneo dos anos 70 até os dias de hoje (BRAZ & NETTO, 2006).

Uma característica marcante do binômio taylorismo/fordismo foi a supressão do caráter intelectual dos trabalhadores, ou seja, o trabalhador não precisava pensar ou raciocinar sobre a realização de uma atividade, deveria apenas executar, tendo por base uma ação meramente mecânica e repetida (ANTUNES,1999), o que refletia também na vida social, tornando-o cada vez mais alienado. Os operários passaram a ser um prolongamento das máquinas, seus corpos funcionavam num ritmo imposto por elas.

Este momento é deveras expressivo para o capitalismo, no que toca à questão do crescimento econômico e das taxas de lucros, que sofreram impactos a partir do início dos anos 70. Nesse período em que se vivencia um quadro de crise estrutural do capital, acarretando o fim dos anos dourados e início ao capitalismo contemporâneo<sup>10</sup>.

Nessa direção, as transformações ocorridas no mundo no trabalho e na classe trabalhadora, decorrentes da reestruturação produtiva do capital tiveram muitas consequências, dentre elas, o aumento do desemprego estrutural, o crescimento do exército industrial de reserva e o aumento do setor informal da economia.

Põe-se, então, nesse movimento, o processo de precarização das condições de trabalho e a própria falta do emprego, que se vincula a crescente degradação das condições de vida dos trabalhadores, acentuando o grau de desigualdade, como veremos mais adiante na próxima seção.

### **A crise estrutural do capital: elementos para o debate**

Para a discussão acerca da crise estrutural do capital é fulcral apontarmos alguns elementos das configurações capitalistas nos diversos tempos sócio-históricos. Para David Harvey, “compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de

---

<sup>9</sup> Por meio deste modelo, que se tornou padrão à época, buscava-se um aumento da produtividade através do controle das máquinas e dos homens no processo de produção. O empregado deveria executar o maior número de tarefas em um menor tempo possível. A produção caracterizava-se por ser em massa, homogeneizada e verticalizada, redução do tempo e aumento do ritmo de trabalho, o que fortalecia cada vez mais a intensificação das formas de exploração do trabalho.

<sup>10</sup> Esta forma de capitalismo foi implantada como resposta um processo de reestruturação do capital (com suas raízes no tripé: reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal), com vista à recuperação do crescimento das taxas de lucro e novos modos de exploração da força de trabalho. Estas respostas transformaram amplamente o cenário mundial, ocorreram mudanças de âmbitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos”. (2011, p.7)

Assim, tomamos como ponto de partida o período do Estado keynesianismo-fordista, que predominou pós Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; em seguida a implantação do ideário neoliberal nos anos 1973/1974 e até os dias atuais, em tempos de crise estrutural do capital. O recorte histórico é motivado por reconhecer que os períodos assinalados são extremamente expressivos para a classe trabalhadores.

O mundo no século XX atravessava uma grave crise econômica advinda da Grande Depressão dos anos 1929 a 1932 e os efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial. A pressão do movimento operário sob a influência dos ideários comunistas e o agravamento da questão social foi decisiva para que o Estado expandisse a sua atuação.

Assim, o Estado passou a intervir nas relações sociais e econômicas, assumindo o papel de regulamentador e financiador no atendimento as necessidades sociais através da canalização de recursos públicos no financiamento de serviços sociais gratuitos, favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de Welfare State ou Estado de Bem Estar Social.

Nos anos de 1970, o Estado Keynesiano começa a dar primeiros sinais de crise com a estagnação do crescimento econômico, endividamento do Estado, altos índices inflacionários e o aumento do desemprego. Convém colocar que o Welfare State efetuou a extração da valia através da exploração da força de trabalho, mas assegurou avanços na esfera ampliação dos direitos sociais.

Os anos de 1960 e meados da década de 70, o modo de produção fordista, a política keynesiana do pleno emprego e o Estado Social de Bem Estar foram postos em xeques. A crise financeira advinda da superprodução e a queda da taxa de lucro exigiam mudanças no processo produtivo que impactaram nas garantias da proteção social.

Assim, o setor empresarial impulsionado por um mercado extremamente competitivo e ávido por lucros adotou várias medidas no processo organizativo da produção, implantando o método japonês ou toyotismo que tem como base o contrato de trabalho através da terceirização e do emprego temporário, bem como a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

As inovações tecnológicas, principalmente aceleraram o processo produtivo e a acumulação do capital. Em contrapartida reduziu drasticamente os postos de trabalho nas

indústrias, ampliando um enorme contingente de desempregados. Para Alves, “(...) o capitalismo global explicita cada vez mais que é incapaz de realizar promessas de bem-estar e emprego decente para bilhões de homens e mulheres assalariados” (ALVES, 2011, p.39).

As transformações no processo produtivo deram-se concomitantemente as mudanças na esfera estatal. O projeto neoliberal surge como uma reação ao Welfare States. O modelo japonês ou toyotismo está em sintonia direta com a lógica neoliberal, pois o Estado deve garantir as bases legais para as transformações necessárias no processo de produção e de trabalho. Assim, os neoliberais travam um embate político no campo dos direitos sociais que reduz drasticamente a intervenção do Estado na área social, principalmente através da redução de gastos e privatização das políticas sociais.

Na contemporaneidade, o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação com a fusão entre o capital industrial e o bancário. Vive-se a mundialização do capital que se nutre dos investimentos, da especulação financeira e valorização da dívida pública. Essa lógica é sustentada por grandes corporações transnacionais aliadas às instituições financeiras, como os bancos, os fundos de pensões e as seguradoras. É dinheiro que gera dinheiro.

A ofensiva do grande capital contra a classe trabalhadora é marcada pelo aprofundamento do desemprego e o enfraquecimento das correlações de forças na disputa contra as classes dominantes. Segundo Meszaros, “o capitalismo experimenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários.” (2011, p. 32).

O capital se sobrepõe a vida humana e destruição da natureza. Ainda em Mészáros, a relação com a natureza no ‘tempo presente’:

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de *destruição*, nem progresso de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de se sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a ‘economia’ da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os limitados recursos do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição* e *pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (2011, p. 7)

Vale colocar que não estamos diante de mais uma crise cíclica tradicional, é uma crise estrutural de escala mundial. A atual crise do capitalismo tem sua base na acumulação desenfreada do capital-dinheiro que não se satisfaz com o lucro advindo da produção e venda das mercadorias, e sim do capital especulativo. Para Meszáros,

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. [...]” (2011,p. 41/2)

No contexto de crise o Estado assume um papel imprescindível, pois a acumulação do capital é impensável sem o investimento econômico, político e jurídico do Estado. O poder de intervenção do Estado na economia – não há muito tempo, amplamente aceito como remédio milagroso para todos os possíveis males e problemas da ‘sociedade industrial moderna’ – limita-se estritamente a acelerar a maturação dessas contradições. [...] (Meszáros, 2011, p. 67)

O desemprego amplia-se à medida que as economias capitalistas não conseguem absorver um enorme contingente de trabalhadores/as disponíveis no mercado. O capital produz seus próprios limites intrínsecos à medida que sobrepõe o econômico acima da própria existência do ser humano e coloca em xeque a vida do planeta.

O sistema capitalista desafia insistentemente a existência humana com investimentos na indústria bélica como uma das estratégias de obter lucro sob o discurso de resolver os conflitos entre os países. A expansão do capital se sobrepõe a vida humana. Vivenciamos cotidianamente a degradação da natureza expressa no aquecimento global e nas alterações climáticas em todo planeta, mas é a população dos países pobres que mais sofrem com as suas consequências.

O capitalismo contemporâneo intensificou a exploração da classe trabalhadora e ampliou o número de desempregados em todo o mundo. A classe trabalhadora vivencia cotidianamente a ameaça do desemprego frente às constantes inovações tecnológicas. De acordo com o relatório Tendências Mundiais de Emprego 2014, o desemprego atinge quase 202 milhões de pessoas em todo mundo.

Nesse cenário, a discussão sobre a centralidade do trabalho nessa nova ordem mundial tem sido extremamente instigante, com diversos questionamentos: o trabalho é elemento central no modo de vida de uma sociedade; a humanidade se constitui através do trabalho na relação com

a natureza; o trabalho é uma condição de existência do homem, independente das formas sociais existentes na humanidade; o trabalho é elemento central no modo de vida de uma sociedade.

No próximo tópico, dialogaremos com as teses que acreditamos serem as mais expressivas no debate em torno da discussão do trabalho e tempos de constantes configurações do capital.

## **O debate da categoria trabalho na cena contemporânea**

### **A tese Adeus ao Proletariado, André Gorz.**

A tese de André Gorz está fundamentada basicamente em duas razões. A primeira infere sobre o que próprio autor chama de divisão macro-social do trabalho que impossibilita o proletariado, individualmente ou coletivamente, de se apropriar dos meios produtivos devido às instituições complexas e sem nenhuma transparência ao alcance da compreensão. Já a segunda tese, a chamada revolução microeletrônica, tem como objetivo a abolir todo o trabalho que envolve a relação direta do homem com a matéria.

Para o autor, a revolução microeletrônica reduz drasticamente a quantidade de trabalho necessário na produção dos bens materiais. Além disso, as produções materiais não se dão na forma direta entre o trabalhador e a matéria, resultantes das mudanças ocorridas na esfera da produção nos últimos anos.

Para André Gorz, a classe operária está convertida em classe integrante nas engrenagens do modo de produção capitalista, portanto impedida de exercer a autonomia nas lutas coletivas. Assim, cada vez mais a classe operária abandona o sentido coletivo e passa a cuidar somente dos seus interesses. “A própria classe entrou em crise”. (Gorz, 1987, p.87).

Para o autor, o trabalho não é mais o fundamento da integração social entre os homens. A classe operária tradicional não é uma minoria privilegiada. Essa classe está em crise e não é mais a maior possuidora do poder de transformação, diferentemente como pensava Marx. Segundo André Gorz, a maioria da população pertence ao neoproletariado formada pelos desempregados ou trabalhadores com empregos precários, na realidade é a não classe. O trabalho não é mais o elo fundante da integração social entre os homens. Na realidade surge uma não-classe de não-trabalhadores, como o próprio autor explicita:

essa não classe engloba, na realidade, o conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) do trabalho intelectual. Engloba o conjunto desses extranumeros da produção social que são os desempregados reais e virtuais permanentes e temporários, totais e parciais. É o produto da decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho: na dignidade, na valorização, na utilização social, no desejo do trabalho (...) (GORZ, 1987. p87-88).

Para André Gorz, a classe operária tradicional não passa de uma classe de minoria privilegiada. Ou seja,

a maioria da população pertence a esse classe neoproletariado pós-industrial dos sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de ajudantes , de tarefeiros , de operários de ocasião , de substitutos , de empregados em meio expediente ,( empregos esses que , num futuro não muito distante , serão abolidos pela automatização , cuja qualificação , determinada por tecnologias de rápida evolução , muda continuamente e, de qualquer modo, não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem se apreendidos nas escolas ou faculdades. O neoproletário geralmente é superqualificado com relação ao emprego que se encontra . Está condenado ao desemprego de suas capacidades enquanto espera pelo desemprego puro e simples (GORZ, 1987. .89).

Diante dessas exposições, algumas reflexões nos interpelam: como podemos falar no fim do trabalho numa sociedade que na sua tessitura é traçada a partir da produção e consumo de mercadorias? O processo de produção das mercadorias no capitalismo contemporâneo ainda é pautado na relação do homem com a natureza, aliás, intensamente marcada pela destruição dos recursos naturais, como afirma István Mészáros, o capitalismo “sem mesmo tentar remediar suas miseráveis desigualdades, é a pior espécie de pensamento ilusório e beira à irracionalidade total [...]” (2011, p.30).

Toda a polêmica instigada por André Gorz inspirou Ricardo Antunes a discutir e contestar os que defendem o fim da centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Ricardo Antunes apresenta cinco teses no sentido de se contrapor a esse pensamento e segue na afirmação de que o capital não elimina o trabalho vivo no processo de criação de valores, aliás, aumenta a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido.

**Adeus ao Trabalho, Ricardo Antunes.**

Na primeira tese o autor expõe que há uma redução quantitativa com repercussões qualitativas no mundo do trabalho produtivo. O trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade manual e/ou intelectual que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção mesmo num processo produtivo tecnologicamente avançado.

Ricardo Antunes, na segunda tese questiona se é possível afirmar a eliminação do trabalho abstrato numa sociedade produtora de mercadorias. O trabalho útil é indispensável à existência do homem em qualquer sociedade, portanto, é uma necessidade natural e eterna no sentido de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto de manter a própria existência humana. Para Antunes, uma coisa é conceder a eliminação do capitalismo, bem como o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo socialmente humano, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis para o próprio homem.

Na terceira tese, Ricardo Antunes argumenta que mesmo diante da heterogeneidade, da complexidade e fragmentação da classe trabalhadora, a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras formas de lutas surgem no seio da sociedade, como o movimento ambientalista, feministas, étnico-racional, homossexuais, e dentre outros.

Na quarta tese, o autor explicita que a heterogeneidade, a complexidade e a fragmentação da classe-que-vive-do trabalho não caminha para sua extinção, não há adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora. Na realidade, a discussão posta por Antunes é, inclusive, a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da ‘omnilateralidade’ humana.

Na última tese, Ricardo Antunes discute que as variantes do capitalismo contemporâneo não foram capazes de eliminar as diversas formas e manifestações do *estranhamento*, não obstante, em muitos casos houve uma intensificação do processo de estranhamento da classe trabalhadora.

Na realidade, as constantes transformações tecnológicas, ao mesmo que potencializaram as capacidades humanas, fizeram emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento,

pois o desenvolvimento das capacidades humanas não implica necessariamente o surgimento de uma individualidade repleta de sentido, podendo contribuir ainda mais para o aviltamento da personalidade humana. De fato, o capital não elimina o trabalho vivo do processo de criação de valores, e deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido.

### III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tomando com referência as teses, concordamos que o Modo de Produção Capitalista Contemporâneo ainda não concretizou a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor. Aliás, o que aconteceu foi uma mudança no interior do processo de trabalho devido ao processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, através do incremento tecnológico, da automação e da robótica. O trabalhador passou a ser um supervisor do processo produtivo através das máquinas computadorizadas. Outra questão importante é a heterogeneização do trabalho que se expressa na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontrato e terceirizado.

Ao contrário daqueles que pregam o fim das lutas sociais entre as classes sociais, na realidade é possível reconhecer os antagonismos e a persistência existente entre o capital e trabalho nas sociedades capitalistas. Se tomarmos o tempo presente, há um acirramento da disputa entre as classes sociais.

Para finalizar, acreditamos que o presente estudo trata de um tema extremamente relevante e atemporal, portanto nos sugere que estudos devem ser desenvolvidos visando aprofundar ainda mais o tema em tela.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho** – ensaios de sociologia do trabalho. - Bauru: Canal 6, 2013. Projeto Editorial Práxis.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia política: uma Introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. Tradução de Affonso Blacheyre; Revisão de Cássio Fonseca, 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo**. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS.

<<http://www.fipe.org.br/web/index.asp>> Consulta em 21 de abril de 2014.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Universitária Forense. Rio de Janeiro, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1989. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola. 23ª edição. São Paulo. Brasil. 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico – filosóficos**. Tradução Jesus Raniere. 4ª reimpresão. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo. Boitempo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 13. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.